

Segunda-Feira, 27 de Julho de 2026

Fraude de R\$ 708 Milhões no INSS: Garagens de Luxo Revelam Esquema da Conafer

Investigação da PF expõe frota de carros importados adquirida com dinheiro desviado de beneficiários vulneráveis.

Uma operação da Polícia Federal desvendou os bastidores de uma fraude monumental contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O esquema criminoso articulado pela Confederação Nacional dos Agricultores e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), que movimentou ilegalmente mais de R\$ 708 milhões, não se restringia apenas a transferências bancárias. Os recursos desviados de idosos e indígenas em situação vulnerável foram convertidos em uma impressionante coleção de automóveis de luxo.

O sistema funcionava de forma estruturada: recursos indevidamente sacados do INSS eram direcionados para empresas fantasmas estabelecidas no Distrito Federal e em São Paulo. Dessas contas, fluíam os recursos para aquisições de veículos sofisticados, incluindo Porsche 718 Boxster, BMW X5, Ford Mustang e Land Rover Defender. As garagens dos implicados exibiam uma ostentação financiada pela previdência pública desviada.

Em Recanto das Emas, no Distrito Federal, operava uma estrutura aparentemente simples mas altamente fraudulenta. Empresas supostamente proprietárias dos automóveis funcionavam em salas minúsculas de aproximadamente 20 metros quadrados, localizadas em um sobrado modesto. O endereço abrigava oito CNPJs registrados em nome de Lucineide dos Santos Oliveira e de integrantes da Conafer, Samuel Chrisostomo do Bonfim Júnior e Cícero Marcelino Santos. Essas companhias de fachada, conforme as investigações federais, conseguiram lavar mais de R\$ 304 milhões dos valores roubados do INSS.

Por intermédio dessas estruturas inoperantes, a organização criminosa adquiriu em nome de Lucineide um Chevrolet Camaro avaliado em R\$ 510 mil, um Porsche de R\$ 700 mil, além de caminhonetes Mitsubishi Triton Sport e Pajero Sport. Lucineide, além de sócia da Associação dos Aposentados do Brasil, também frequentava o rol de investigados por sua ligação com uma instituição evangélica no mesmo bairro.

A investigação revelou que aproximadamente 40 veículos estavam concentrados em um galpão localizado em Presidente Prudente, São Paulo. Este espaço funcionava como centro de distribuição e controle logístico de toda a frota adquirida ilicitamente, onde agentes federais realizaram apreensões significativas.

Autoridades públicas também se beneficiaram do esquema através de presentes custosos. O ex-procurador-geral do INSS Virgílio Filho recebeu uma Toyota Hilux SW4 avaliada em R\$ 464 mil, faturada em concessionária goiana e entregue em sua residência em Curitiba. O ex-diretor de Benefícios André Fidelis foi contemplado com um Volkswagen T-Cross, inicialmente registrado sob nome de terceiros para camuflar o recebimento da vantagem indevida.

Comunicações interceptadas pelos investigadores expuseram a preferência da liderança da Conafer por símbolos de riqueza. Em mensagens interceptadas, operadores discutiam a aquisição de um Audi RS4 Avant, carro avaliado em R\$ 749 mil, considerado insuficientemente impressionante para o presidente Carlos

Roberto Ferreira Lopes. A correspondência sugeria a compra de um Porsche que, segundo os criminosos, causaria impacto visual ao chegar em determinados locais.

Além dos automóveis de passeio, a Polícia Federal identificou e apreendeu pesados caminhões, incluindo VW Meteor e Ford Cargo estacionados em fazendas de luxo no estado de Minas Gerais. Os investigadores descobriram, ainda, tentativas de transferência acelerada de aeronaves executivas avaliadas em milhões para novos intermediários, numa tentativa de evitar o confisco judicial.

A Polícia Federal encontrou documentação contendo registros de pagamentos de propinas atribuídos à Conafer. Os valores indicados nesses registros coincidiram precisamente com transferências bancárias analisadas no decorrer da investigação. O ex-procurador-geral do INSS Virgílio Antônio Ribeiro teria recebido aproximadamente R\$ 6,5 milhões em subornos, enquanto André Fidelis, ex-diretor do INSS, teria embolsado cerca de R\$ 3,4 milhões.

As investigações, que originaram a Operação Sem Desconto deflagrada em abril, resultaram em indiciamentos de 56 pessoas, incluindo Carlos Roberto Ferreira Lopes, presidente da Conafer. A corporação caracterizou a entidade como uma organização criminosa estruturada, com divisão hierárquica clara e núcleos específicos de atuação. O relatório foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal para análise e posterior envio à Procuradoria-Geral da República, que avaliará a suficiência de elementos para denúncia formal.